

INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: A GESTÃO PÚBLICA EM RONDÔNIA

INNOVATION AND TRANSFORMATION: RONDÔNIA'S PUBLIC MANAGEMENT

INNOVACIÓN Y TRANSFORMACIÓN: LA GESTIÓN PÚBLICA EN RONDÔNIA

João Victor Fernandes de Miranda

Tecnólogo em Gestão Pública, Instituto Federal de Rondônia, Brasil

E-mail: fjoao.victor406@gmail.com

Marineide Martiniano do Nascimento

Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

E-mail: profneidemn@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar como a implementação de tecnologias digitais e a adoção de práticas inovadoras têm impactado a eficiência e a transparência da gestão pública no estado de Rondônia. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e descritiva, baseada na análise documental e triangulação de dados secundários (2011-2025), incluindo indicadores de gestão (IEGM, IFGF), estudos sobre ferramentas digitais (SEI, e-SIC), análises de governança (conflitos agrários, consórcios) e conceitos de inovação (IESP, GESPUBLIN). Os resultados revelam um paradoxo: embora a adoção de ferramentas como o SEI promova ganhos de eficiência operacional (ex. redução de 90% no uso de papel), os indicadores de desempenho demonstram ineficiência crônica. A maioria dos municípios apresenta "Baixo Nível de Adequação" (IEGM) e "Ineficiência Forte" na gestão ambiental (DEA), enquanto a gestão fiscal (IFGF) é classificada como "Crítica" ou "Dificuldade". Esta lacuna é atribuída a desafios estruturais, como a fragmentação ("municipalismo autárquico") e a pressão dos conflitos agrários sobre a máquina pública. Conclui-se que a transformação digital, isoladamente, é insuficiente. A efetivação da inovação em Rondônia depende do alinhamento estratégico dessas ferramentas com o desenvolvimento de capacidades estatais, notadamente o fomento à cooperação intermunicipal (consórcios) e o investimento na capacitação de servidores em competências essenciais (colaboração, foco em resultados, aprendizagem contínua), conforme preconizado pelas Escolas de Governo.

Palavras-chave: Inovação; Transformação Digital; Gestão Pública; Rondônia; Eficiência Governamental.

Abstract

The objective of this study is to analyze how the implementation of digital technologies and the adoption of innovative practices have impacted the efficiency and transparency of public management in the state of Rondônia. The methodology adopted was exploratory and descriptive research, based on document analysis and triangulation of secondary data (2011-2025), including management indicators (IEGM, IFGF), studies on digital tools (SEI, e-SIC), governance analyses

(land conflicts, consortiums), and innovation concepts (IESP, GESPUBLIN). The results reveal a paradox: although the adoption of tools like SEI promotes operational efficiency gains (e.g., a 90% reduction in paper use), performance indicators demonstrate chronic inefficiency. Most municipalities show a "Low Level of Adequacy" (IEGM) and "Strong Inefficiency" in environmental management (DEA), while fiscal management (IFGF) is classified as "Critical" or "Difficulty." This gap is attributed to structural challenges, such as fragmentation ("autarkic municipalism") and the pressure of land conflicts on the public machine. It is concluded that digital transformation, in isolation, is insufficient. The effective implementation of innovation in Rondônia depends on the strategic alignment of these tools with the development of state capabilities, notably fostering inter-municipal cooperation (consortiums) and investing in training civil servants in essential competencies (collaboration, focus on results, continuous learning), as advocated by Schools of Government.

Keywords: Innovation; Digital Transformation; Public Management; Rondônia; Governmental Efficiency.

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar cómo la implementación de tecnologías digitales y la adopción de prácticas innovadoras han impactado la eficiencia y la transparencia de la gestión pública en el estado de Rondônia. La metodología adoptada fue la investigación exploratoria y descriptiva, basada en el análisis documental y la triangulación de datos secundarios (2011-2025), incluyendo indicadores de gestión (IEGM, IFGF), estudios sobre herramientas digitales (SEI, e-SIC), análisis de gobernanza (conflictos agrarios, consorcios) y conceptos de innovación (IESP, GESPUBLIN). Los resultados revelan una paradoja: aunque la adopción de herramientas como el SEI promueve ganancias de eficiencia operativa (ej. reducción del 90% en el uso de papel), los indicadores de desempeño demuestran una inefficiencia crónica. La mayoría de los municipios presenta un "Bajo Nivel de Adecuación" (IEGM) e "Ineficiencia Fuerte" en la gestión ambiental (DEA), mientras que la gestión fiscal (IFGF) se clasifica como "Crítica" o "Dificultad". Esta brecha se atribuye a desafíos estructurales, como la fragmentación ("municipalismo autárquico") y la presión de los conflictos agrarios sobre la maquinaria pública. Se concluye que la transformación digital, por sí sola, es insuficiente. La efectividad de la innovación en Rondônia depende del alineamiento estratégico de estas herramientas con el desarrollo de capacidades estatales, especialmente el fomento de la cooperación intermunicipal (consorcios) y la inversión en la capacitación de servidores en competencias esenciales (colaboración, enfoque en resultados, aprendizaje continuo), conforme lo preconizan las Escuelas de Gobierno.

Palabras clave: Innovación; Transformación Digital; Gestión Pública; Rondônia; Eficiencia Gubernamental.

1 Introdução

A Administração Pública contemporânea atravessa um período de redefinições, impulsionada pela pressão social por eficiência, transparência e agilidade na entrega de valor. Associado à Nova Gestão Pública (NGP), esse

movimento global coloca a inovação como pilar para superar a burocracia tradicional (Viana, 2021).

A NGP busca transferir a eficiência do setor privado para o público, focando em resultados e flexibilização administrativa (Tessarolo *et al.*, 2021). No Brasil, a Emenda Constitucional nº 19/1998 elevou essa busca ao status constitucional, inserindo o princípio da eficiência no Artigo 37, como resposta a falhas na gestão e desperdício de recursos (Carneiro e Souza, 2020). Atualmente, a tecnologia digital e a Inteligência Artificial (IA) são novos vetores dessa transformação, visando a otimização de processos e a melhoria da qualidade dos serviços (Silva; Tassar, 2025; Vasconcelos; Santos, 2024).

Entretanto, a aplicação de novos paradigmas em Rondônia é desafiada pela ocupação histórica marcada pela expansão agropecuária e consequente reconfiguração fundiária, gerando tensões estruturais (Bispo *et al.*, 2025). Com 52 municípios, o estado reflete a dificuldade de um federalismo que gerou um "municipalismo autárquico", com prefeituras carentes de estrutura técnica e financeira (Rocha; Faria, 2004). Apesar disso, há avanços na modernização, como o uso do SEI e e-SIC para transparência (Andrade; Aguiar, 2022).

Apesar da modernização tecnológica, indicadores finalísticos como o IEGM, o IFGF e a avaliação da gestão ambiental revelam um cenário de disfunção e ineficiência crônica na gestão municipal de Rondônia (Costa *et al.*, 2020; Carneiro, 2022; Carneiro; Souza, 2021). Isso levanta a questão: De que forma a inovação e a transformação digital têm impactado efetivamente a eficiência e a transparência da gestão pública rondoniense, considerando seus desafios estruturais? A hipótese é que a digitalização, isoladamente, não tem sido suficiente para reverter essa ineficiência.

Para responder a essa inquietação, o objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das tecnologias digitais e inovações na eficiência e transparência da gestão pública rondoniense. Especificamente, busca descrever a Nova Gestão Pública e o papel tecnológico na modernização; mapear as ferramentas de e-Gov implementadas; e identificar, via indicadores (IEGM, IFGF), avanços e gargalos na prestação de serviços.

A pesquisa se justifica pela urgência de analisar o descompasso entre a demanda social por gestão eficiente e a insuficiência do controle social (Colares, 2021). O estudo visa diagnosticar se inovações tecnológicas geram valor público ou apenas modernizam processos. O trabalho subsidia a decisão ao destacar que a transformação digital exige investimentos em governança e no desenvolvimento de competências dos servidores, como colaboração e foco em resultados (Montezano et al., 2022). O estudo adota uma metodologia qualitativa, exploratória e descritiva. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental (2011-2025), triangulando doutrinas, legislação, artigos e relatórios oficiais de gestão e transparência. A análise de conteúdo confrontou os benefícios operacionais de ferramentas digitais com resultados macro de desempenho.

Por fim, a relevância deste estudo reside em expor as limitações de uma modernização puramente tecnológica frente à complexidade do cenário rondoniense. Ao demonstrar que a digitalização sem estratégia humana e cooperação não gera valor público, oferecendo um diagnóstico prático, sugerindo que o futuro da administração estadual depende menos da aquisição de novos softwares e mais do desenvolvimento de competências comportamentais e estruturais capazes de transformar ferramentas em resultados efetivos para a sociedade.

2 Revisão da Literatura

A administração pública tradicional, baseada no modelo burocrático, tem sido impelida a adotar uma nova cultura, associada à Nova Gestão Pública (NGP), que transfere conceitos de eficiência e foco em resultados do setor privado. No Brasil, essa busca foi formalizada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, que inseriu o princípio da eficiência no Art. 37 da Constituição (Carneiro; Souza, 2021).

Nesse cenário de escassez de recursos e demandas sociais crescentes, a inovação é essencial para melhorar o desempenho e a sustentabilidade organizacional (Montezano et al., 2022). No setor público, a inovação é o desenvolvimento intencional que visa criar ou melhorar o valor público pela implementação de ideias que solucionem problemas (Montezano et al., 2022).

Isso exige uma mudança no papel das instituições de formação, como as Escolas de Governo, que devem passar a capacitar os quadros existentes para os novos desafios da gestão, em vez de focar apenas na elite burocrática (Pacheco, 2002).

A discussão sobre Inovação e Empreendedorismo no Setor Público (IESP) evoluiu. O IESP abrange comportamentos empreendedores de agentes públicos: "Empreendedores Políticos" (mediando interesses), "Empreendedores Institucionais" (alterando estruturas) ou "Intraempreendedores Públicos" (servidores buscando autonomia para resolver problemas) (Emmendoerfer, 2023). O IESP é vital para o Novo Serviço Público (NPS), um modelo focado no diálogo e na coprodução de serviços com cidadãos (Emmendoerfer, 2023).

2.1 O Contexto da Gestão Pública em Rondônia: Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Municipal

O estado de Rondônia serve como laboratório para a gestão pública brasileira. A análise de indicadores aponta a necessidade de inovação, com o diagnóstico de ineficiência revelando o baixo desempenho dos municípios. Em 2016, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) classificou o estado com "Baixo Nível de Adequação" (Nota C), um retrocesso em relação ao ano anterior. A Educação foi o setor mais impactado, com 52% dos municípios perdendo pontuação (Costa et al., 2020).

A gestão fiscal em Rondônia é "preocupante" (Carneiro, 2022), com 70% dos municípios em situação "Dificuldade" ou "Crítica" (IFGF 2021), incluindo Porto Velho, que está como "Crítica" em Investimentos. A ineficiência se estende à gestão ambiental, onde 86% dos municípios apresentam "Ineficiência Forte", com grandes gastos (Porto Velho e Cacoal) sem o devido retorno (Carneiro; Souza, 2021). A administração pública também é afetada pela "crise fundiária amazônica" (Bispo et al., 2025), gerando intensos conflitos agrários que sobrecarregam a PMRO. O controle social, embora facilitado pelo e-SIC, é "insuficiente" devido à baixa utilização pela sociedade (Colares, 2021).

Apesar dos desafios, Rondônia demonstra inovação, especialmente via

Sistemas Agroflorestais (SAFs), cruciais para a conservação, recuperação de áreas degradadas e renda familiar. Instituições como IFRO, Embrapa e Ceplac apoiam tecnicamente e formulam políticas sustentáveis, como o Plano ABC+ Rondônia (Oliveira; Paradela; Magalhães, 2025).

Para avaliar a transformação na gestão pública, é crucial distinguir conceitualmente: eficiência (fazer corretamente com menor recurso), eficácia (atingir metas) e efetividade (gerar impacto social real e satisfação do cidadão) (Costa *et al.*, 2020). A eficiência foca em meios (como a digitalização via SEI), e a efetividade, nos fins e na satisfação do usuário.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), aplicado pelos Tribunais de Contas, busca mensurar essa efetividade em sete dimensões setoriais, incluindo Educação, Saúde e Planejamento (Costa *et al.*, 2020). No contexto de Rondônia, a análise desses indicadores revelou um cenário de regressão, onde a gestão municipal, embora tenha avançado em ferramentas tecnológicas, falhou em manter a qualidade dos serviços finalísticos. Persistência de avaliações de "Baixo Nível de Adequação" sugere que os municípios rondonienses ainda operam predominantemente em uma lógica burocrática, focada no cumprimento de ritos, sem conseguir alcançar a efetividade que altera indicadores sociais (Costa *et al.*, 2020).

A melhoria da efetividade exige o fortalecimento do controle social, que é o comprometimento do cidadão com a gestão pública para prevenir a corrupção e exigir qualidade (Colares, 2021). A participação social no controle financeiro em Rondônia é insuficiente. Apesar de conselhos e portais de transparência, a baixa cultura fiscalizadora e a complexidade contábil limitam o engajamento na fiscalização de políticas públicas e o uso de ferramentas digitais (Colares, 2021).

2.2 Governança Digital e Ferramentas de Transformação: a capacidade estatal e a barreiras à inovação

A transformação digital tem sido a principal ferramenta para a implementação da inovação na gestão pública. Nesse contexto, a Governança

Digital representa um estágio mais avançado do Governo Eletrônico (e-Gov). Diferentemente de uma simples digitalização de serviços, ela utiliza a tecnologia para o fortalecimento da democracia, da transparência e da participação cidadã (Silva; Tassar, 2025).

No Brasil, a transformação digital se manifesta em ferramentas como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do TRF da 4ª Região, que visa substituir o papel e promover eficiência e transparência em processos administrativos (Moraes, 2024). A transparência passiva se concretiza pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), onde o cidadão solicita dados conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Andrade; Aguiar, 2022; Colares, 2021). Este se complementa pela transparência ativa, em que o governo divulga dados proativamente em portais (Silva; Tassar, 2025; Colares, 2021).

A Inteligência Artificial (IA) se apresenta como o vetor central dessa transformação, com o potencial de revolucionar a gestão pública. Ela permite otimizar a formulação de políticas e aumentar a eficiência operacional (Vasconcelos; Santos, 2024). No entanto, a implementação da IA na gestão enfrenta obstáculos significativos, como a precariedade da infraestrutura tecnológica, a escassez de dados de qualidade, complexidades regulatórias e sérias preocupações éticas relacionadas à privacidade (Vasconcelos; Santos, 2024).

A simples adoção de tecnologia não garante a inovação, não é assegurada apenas pela simples adoção de tecnologia. Nesse setor, a literatura aponta que haja a transformação da gestão pública, deve ocorrer primeiramente o desenvolvimento das capacidades estatais (Tessarolo et al., 2021).

A inovação exige mais que tecnologia, demandando aprimoramento das capacidades estatais e reestruturação da gestão pública (Tessarolo et al., 2021). No Brasil, o "municipalismo autárquico" (Rocha; Faria, 2004) gerou municípios com precariedade técnica, administrativa e financeira após a descentralização de 1988. Para superar essa fragmentação e aumentar a eficiência, a cooperação intermunicipal horizontal, como os Consórcios de Saúde em Minas Gerais, é vital (Rocha; Faria, 2004). A inovação também requer competências: colaboração nas

equipes, e comunicação, aprendizagem contínua e foco em resultados no nível individual (Montezano et al., 2022).

Por fim, a transformação digital é limitada por barreiras legais e éticas. A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é um desafio para a gestão pública, que precisa garantir a segurança e a privacidade dos dados dos cidadãos (Silva; Tassar, 2025). A falha em garantir a segurança pode levar ao "empreendedorismo criminoso e corrupto" (Emmendoerfer, 2023), minando a confiança na digitalização.

A gestão pública em Rondônia enfrenta desafios territoriais singulares, onde a estrutura fundiária complexa e a insegurança jurídica geram conflitos agrários que sobrecarregam a segurança pública, exigindo atuação reativa da Polícia Militar (Bispo et al., 2025). Simultaneamente, a gestão ambiental municipal revela uma "Ineficiência Forte", pois o aumento de gastos não se traduz em melhores indicadores de desempenho, evidenciando falhas críticas na alocação estratégica de recursos e na qualidade da gestão local (Carneiro; Souza, 2021).

Para superar esses entraves, a inovação surge tanto no campo, com o fomento aos Sistemas Agroflorestais (SAFs) pelo IFRO e Embrapa para conciliar economia e conservação (Oliveira; Paradela; Magalhães, 2025), quanto no turismo. Neste setor, aplica-se o conceito de Inovação e Empreendedorismo no Setor Público (IESP) para transformar territórios (Emmendoerfer, 2023), embora iniciativas como o Macroprograma de Regionalização enfrentam barreiras de implementação devido à descontinuidade administrativa e à falta de qualificação técnica dos gestores, dificultando o planejamento baseado em evidências (Virginio, 2011).

Na saúde, a eficiência também é desafiada: embora o estado cumpra os mínimos constitucionais de financiamento da Lei Complementar nº 141/2012 (Pereira; Arenas; Souza, 2025), o maior aporte financeiro não garante qualidade. O desafio central reside em transformar despesas em efetividade, exigindo governança robusta para evitar que o cumprimento de metas fiscais resulte apenas em custos elevados sem a contrapartida na melhoria real dos indicadores de saúde da população (Pereira; Arenas; Souza, 2025).

2.6 Síntese Teórica: o paradoxo da modernização e a centralidade das competências

A análise das dimensões fiscal, ambiental e tecnológica revela um "paradoxo da modernização" em Rondônia, onde o esforço normativo para alinhar o estado à governança contemporânea coexiste com dificuldades práticas. Estudos no IFRO indicam que a implantação de modelos de governança, embora em curso, não ocorre de forma linear, evidenciando a complexidade de transpor modelos teóricos para a realidade concreta e heterogênea das unidades administrativas locais (Viana, 2021).

Em contrapartida, os indicadores de efetividade (IEGM) classificam o estado em níveis críticos, provando que a modernização instrumental ainda não reverteu o baixo desempenho (Costa et al., 2020). A literatura alerta que a "inteligência governamental" exige articular qualidade e resultados, não apenas cumprir leis (Andrade; Aguiar, 2022), mas a descontinuidade administrativa e a desconexão entre o planejamento (PPA) e a execução criam um cenário onde "a realidade se move muito mais rapidamente que o pensamento dos quadros técnicos", limitando a eficácia das políticas (Virginio, 2011).

Portanto, a superação desse paradoxo depende do fator humano, onde as competências de inovação atuam como elo perdido para transformar capacidade institucional em resultados efetivos (Montezano et al., 2022). Sem desenvolver a colaboração e a visão sistêmica, ferramentas digitais e recursos financeiros continuarão subutilizados, perpetuando a ineficiência na entrega de valor público à sociedade rondoniense.

3 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva, fundamentada na revisão bibliográfica e documental sobre o "estado da arte" da gestão pública em Rondônia. A fase exploratória buscou familiarização com o fenômeno da inovação e transformação digital, enquanto a etapa descritiva mapeou a implementação de tecnologias

como o SEI e o e-SIC, correlacionando-as com indicadores de desempenho (IEGM, IFGF e DEA Ambiental) para compreender o cenário local.

O universo da pesquisa abrange os 52 municípios rondonienses e os órgãos da administração estadual, permitindo uma visão sistêmica dos desafios regionais. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental rigorosa, analisando um corpus selecionado de 22 materiais, incluindo artigos acadêmicos, teses e relatórios oficiais que tratam do contexto local e dos temas centrais da investigação. O recorte temporal definido compreende o período de 2011 a 2025, garantindo a análise de uma série histórica consistente que captura tanto a introdução das ferramentas digitais quanto seus impactos mais recentes na administração pública.

A análise ocorreu por meio da triangulação de dados, utilizando a análise de conteúdo temática para identificar padrões recorrentes e contrastar as diferentes fontes coletadas. O estudo adotou uma postura crítica ao confrontar os benefícios operacionais relatados na implementação tecnológica (dimensão meio) com os resultados de baixo desempenho nos indicadores de gestão (dimensão fim), permitindo assim uma avaliação aprofundada sobre o real impacto da inovação na eficiência governamental do estado.

4 Resultados e Discussão

A análise dos documentos e indicadores selecionados revela um panorama complexo e heterogêneo no contexto de Rondônia. Observa-se que, embora existam avanços relevantes na modernização administrativa, especialmente na adoção de tecnologias de gestão e na ampliação de recursos digitais, esses progressos coexistem com limitações persistentes na eficiência e na efetividade da prestação de serviços públicos. Essa dualidade evidencia que a incorporação de novas ferramentas não tem sido suficiente para solucionar problemas históricos de gestão. Nesse sentido, os resultados apontam para três dimensões centrais: a implementação da transformação digital e seus ganhos operacionais; a ineficiência estrutural presente na gestão municipal, evidenciada pelos indicadores analisados; e os desafios de governança que continuam restringindo a

consolidação de práticas inovadoras e o aprimoramento contínuo da administração pública.

4.1 A Transformação Digital como Vetor de Eficiência Operacional

A adoção de tecnologias de informação e comunicação (TICs) tem sido um pilar na modernização da administração pública rondoniense. A implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por exemplo, é um caso de sucesso em termos de eficiência operacional que se disseminou pela Região Norte. Um estudo de caso na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) demonstrou que a ferramenta provocou uma redução drástica no uso de papel, na ordem de 90%, além de melhorias na agilidade e rastreabilidade dos processos (Moraes, 2024).

Em Rondônia, esse impacto também é documentado e foi objeto de estudo específico. Uma investigação focada no IFRO, Campus Vilhena, teve como objetivo central verificar os resultados da adoção do SEI no consumo de materiais de expediente (Pereira, 2019). Os resultados comprovaram a tese da eficiência operacional, apontando que a maioria dos setores da instituição registrou uma economia mensurável em papel e toner após a implementação do sistema (Pereira, 2019).

Para além da economia de recursos materiais, a eficiência da ferramenta foi validada pela percepção dos próprios servidores. Um estudo mais amplo, aplicado a todo o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), analisou a satisfação dos utilizadores com o SEI. A pesquisa concluiu que os funcionários estavam, em geral, satisfeitos com o sistema e, crucialmente, percebiam sua influência positiva na qualidade, agilidade e planeamento dos trabalhos na instituição (Matos Júnior, 2022). Este estudo ainda identificou que a alta percepção de utilidade do SEI por parte dos servidores influenciava diretamente a intenção de uso contínuo da plataforma (Matos Júnior, 2022).

Paralelamente, no âmbito da transparência passiva, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no Governo de Rondônia (especificamente na SEJUS) foi avaliado como uma ferramenta eficiente para o

acesso à informação. O sistema demonstrou cumprir os prazos estabelecidos pela LAI e fortalecer o controle social (Andrade; Aguiar, 2022).

No entanto, a literatura alerta que a simples digitalização de processos não é suficiente. A adoção de tecnologias mais complexas, como a Inteligência Artificial (IA), ainda enfrenta barreiras significativas no Brasil: infraestrutura inadequada, falta de dados de qualidade, ausência de um quadro legal robusto e preocupações éticas. Além disso, a eficácia dessas ferramentas depende da superação da resistência institucional e da capacitação contínua de pessoal (Vasconcelos; Santos, 2024).

4.2 O Diagnóstico da Ineficiência na Gestão Pública de Rondônia

Apesar dos avanços instrumentais do e-Gov, os indicadores revelam um cenário alarmante onde a eficiência operacional não se traduz em efetividade. O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF 2021) classifica quase 70% dos municípios em situação "Crítica" ou de "Dificuldade", com a capital, Porto Velho, na 25^a posição estadual devido ao alto comprometimento da receita com folha de pagamento, o que limita drasticamente a capacidade de investimento e inovação em políticas públicas (Carneiro, 2022).

Na gestão ambiental, a ineficiência é ainda mais acentuada. A Análise Envoltória de Dados (DEA) apontou que 86% dos municípios que investiram na área apresentam "Ineficiência Forte", comprovando que maiores gastos não garantem eficiência: Porto Velho e Cacoal, detentores dos maiores orçamentos, figuram nas últimas posições do ranking (Carneiro; Souza, 2021) . Em contrapartida, municípios menores como Espigão D'Oeste e Vale do Anari atingiram a eficiência máxima, evidenciando que o problema central reside na qualidade do gasto e na estratégia de alocação de recursos, não apenas no volume financeiro disponível.

Corroborando esse diagnóstico, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) registrou uma regressão do estado para "Baixo Nível de Adequação" (Nota C), impulsionada pela queda de desempenho na Educação em 52% das cidades

(Costa et al., 2020) . O cenário geral é crítico, pois apenas três municípios (Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho) alcançaram notas de efetividade (B), demonstrando que a maioria das prefeituras falha em converter a gestão administrativa em resultados sociais tangíveis.

4.3 Desafios Estruturais: Governança, Cooperação e Conflitos

Os resultados obtidos indicam que a tecnologia, por si só, não resolve os problemas crônicos de governança e capacidade estatal. Em Rondônia, a transformação da gestão pública é severamente limitada por desafios complexos que vão muito além da simples digitalização de processos (Tessarolo et al., 2021) . A modernização dos meios não corrige automaticamente as falhas de governança que impedem a entrega efetiva de serviços.

Um dos entraves mais graves é a crise fundiária, onde a ausência de regularização territorial e a grilagem intensificam a violência no campo. A omissão dos órgãos responsáveis sobrecarrega o sistema de segurança pública, deslocando para a Polícia Militar (PMRO) um papel de mediadora de disputas para o qual ela atua de forma predominantemente reativa, sob condições adversas e sem adequado apoio interinstitucional . A pressão desses conflitos drena recursos e atenção que poderiam ser investidos na inovação da gestão.

Esse cenário é agravado pela fragmentação decorrente do "municipalismo autárquico", onde municípios pequenos não possuem capacidade técnica ou financeira para prover serviços complexos isoladamente. A solução para essa desfragmentação é a cooperação intermunicipal, pois experiências como a de Minas Gerais provam que consórcios são vitais para otimizar recursos e garantir a escala necessária na provisão de serviços (Rocha; Faria, 2004).

4.4 O Caminho à Frente: Inovação Focada em Pessoas e Competências

Os dados sugerem que o principal gargalo da inovação em Rondônia não reside na ausência de ferramentas, mas na capacidade de utilizá-las

estrategicamente. A literatura sobre Inovação no Setor Público (IESP) enfatiza que a transformação efetiva depende do desenvolvimento de competências específicas em equipes e indivíduos, deslocando o eixo da modernização da simples aquisição tecnológica para a qualificação do capital humano.

Nesse contexto, pesquisas recentes identificaram 18 competências de equipe, destacando a colaboração como vital para superar a fragmentação (via consórcios), e 33 individuais, como comunicação e foco em resultados. Para operacionalizar isso, as Escolas de Governo devem evoluir de centros burocráticos para "escolas corporativas de gestão", atuando como "radares" de tendências e "filtros" que adaptam ferramentas à realidade local, garantindo que a capacitação esteja alinhada às políticas de melhoria da gestão.

Exemplos como o fomento aos Sistemas Agroflorestais (SAFs) no IFRO ilustram essa interseção positiva entre gestão, educação e desenvolvimento sustentável. Portanto, a transformação em Rondônia depende da interação entre a modernização tecnológica (SEI, IA) e o investimento maciço em competências humanas, permitindo aos gestores converter recursos técnicos em valor público real e eficiência administrativa.

5 Conclusão

Este estudo analisou o impacto da implementação de tecnologias digitais e práticas inovadoras na eficiência e transparência da gestão pública rondoniense. Os resultados revelam um paradoxo central: enquanto o estado avança na modernização com ferramentas como o SEI e o e-SIC, gerando ganhos operacionais claros, o desempenho efetivo da gestão permanece cronicamente baixo. Isso evidencia que a inovação nos meios, embora necessária, não está garantindo, por si só, a eficácia nos fins desejados pela sociedade.

A "Ineficiência Forte" na gestão ambiental e a situação fiscal crítica na maioria dos municípios demonstram que a tecnologia não supera automaticamente desafios estruturais de governança, como os conflitos agrários ou a fragmentação do "municipalismo autárquico" (Rocha; Faria, 2004). O caso de Porto Velho, que detém o maior orçamento mas figura nas últimas posições de

eficiência, é emblemático de que a disponibilidade de recursos e tecnologia, sem uma gestão estratégica, é incapaz de gerar valor público real .

A superação dessa lacuna exige investimento maciço em competências de inovação, como colaboração e foco em resultados (Montezano et al., 2022). Nesse sentido, as Escolas de Governo devem evoluir para "escolas corporativas", atuando como radares de novas práticas (Pacheco, 2002) e capacitando servidores para usar ferramentas digitais não apenas para acelerar processos, mas para formular políticas que efetivamente alterem os indicadores sociais, ambientais e fiscais, transformando a inovação em prática de gestão .

Se aplicadas corretamente, essas competências permitirão o uso de dados do SEI e IA para corrigir ineficiências históricas. Em suma, a modernização rondoniense não será alcançada pela mera aquisição de software, mas pela capacitação estratégica de seus servidores para transformar o potencial dessas ferramentas em resultados concretos e qualidade de vida para a sociedade.

Referências

- ABRUCIO, Fernando; SOARES, Marcia. **Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC**. Cadernos Metrópole, n. 11, p. 73-105, 2004. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-510.htm>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ANDRADE, Denise; AGUIAR, Sandra da Cruz Garcia do Espírito Santo. **Sistema eletrônico do serviço de informações ao cidadão: uma análise do e-SIC do governo do estado de Rondônia**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. I.], v. 18, n. 2, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1831>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ARAÚJO, Celina Aureliano de; CARNEIRO, Alexandre de Freitas; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo. **Sistemas de custos públicos: entendimento e implantação nos municípios de Rondônia**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 66-84, maio/dez., 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/287>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BISPO, Deivsson Souza; BERNARDY, Rógis Juarez; CONSALTER, João Gabriel Perez; DA SILVA, Paulo Antunes; OLIVEIRA, Luciara de Souza Bispo. **IMPACTOS DOS CONFLITOS AGRÁRIOS EM RONDÔNIA: REPERCUSSÕES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA**. ARACÊ , [S. I.], v. 7, n. 8, p. e7384, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n8-142>. Acesso em: 12 out. 2025.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas. **Avaliação da gestão pública pelo Índice Firjan de gestão fiscal**. In: Open Science Research VI. Editora Científica Digital, 2022. p. 1313-1328. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220909960.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas; SOUZA, José Arilson. **Eficiência na gestão ambiental como função de despesa pública em Rondônia**. Congresso Internacional de Administração ADM 2020,

Ponta Grossa-PR, 19-21 out. 2020. Disponível em:

https://admpg.com.br/2020/anais/arquivos/08012020_140811_5f25ab1701f66.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

COSTA, Otacílio Moreira de Carvalho. *et al. Análise do índice de efetividade de gestão municipal (iegm) do dos municípios do estado de Rondônia no período de 2015-2016.*

Revista de Administração de Roraima, v. 10, 2020. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8077755>. Acesso em: 26 out. 2025.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. *Inovação e empreendedorismo no setor público: um ensaio sobre categorias analíticas aplicáveis a gestão pública municipal do turismo.* PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, [S. I.], v. 12, n. 2, p. 277–305, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/podium.v12i2.22581>. Acesso em: 26 out. 2025.

MORAES, Joeliton Vargas. *Gestão pública: o impacto do SEI na coordenação administrativa do INC.* TCC (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant/AM, 2024. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7701>. Acesso em: 26 out. 2025.

MONTEZANO, Lana; ISIDRO, Antonio; LOPES LA FALCE, Jefferson; SANO, Hironobu. *Antecedentes das dimensões da gestão pública inovadora brasileira: Competências de equipes e individuais.* Teoria e Prática em Administração, [S. I.], v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2238-104X.2022v12n2.61415>. Acesso em: 26 out. 2025.

OLIVEIRA, Gleisom Braga de; PARADELA, Tiago Ferreira; MAGALHÃES, Luciano Santos. *A Gestão Pública no Fortalecimento e Consolidação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) no Estado de Rondônia.* In: Inovação e Estratégia na Gestão Pública e Comercial - Vol.2. Cap. 08, 2025. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/livros/LF010C8.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

PACHECO, Regina Silvia. *Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP - Brasil.* Revista do Serviço Público, v. 53, n. 1, p. 75-88, jan-mar 2002. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1914>. Acesso em: 26 out. 2025.

PEREIRA, Diego Douglas de Souza; ARENAS, Marlene Valério dos Santos; SOUZA, Valmir Batista Prestes. *O cumprimento da lei complementar n. 141/2012 pelo estado de Rondônia: uma análise entre os anos de 2016 e 2022.* Revista Foco, v. 18, n. 1, e7335, p. 01-24, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n1-071>. Acesso em: 26 out. 2025.

ROCHA, Carlos Vasconcelos; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. *Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais.* Cadernos Metrópole, n. 11, p. 73-105, 1º sem 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8815>. Acesso em: 30 out. 2025.

MATOS JÚNIOR, Marcelo Tenório. *A percepção de satisfação dos utilizadores do sistema eletrónico de Informações - SEI no Instituto Federal de Rondônia.* 2022. Dissertação (Mestrado em Assessoria de Administração) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/21374>. Acesso em: 30 out. 2025,

PEREIRA, Sílvia Brandão. O impacto da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia . 2019. Dissertação (Mestrado em Assessoria em Administração) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/14665>. Acesso em: 30 out. 2025.

DE COLARES, Jose Carlos. **Eficiência Do Controle Social Em Municípios De Rondônia: Estudo De Caso Sobre A Participação Da Sociedade No Processo De Controle Da Gestão Das Finanças Públicas. Cadernos De Finanças Públicas**, [S. I.], v. 21, n. 02, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2021.122>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SILVA, Marcos Henrique Pereira da; TASSAR, Augusto Ferreira. **Governança digital e transparência pública no Brasil: desafios, oportunidades e impactos da implementação de tecnologias na gestão pública**. TCC (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/8313>. Acesso em: 3 nov. 2025.

TESSAROLO, Enzo Mayer. *et al.* **Experimentando o design na gestão pública: o caso do laboratório de inovação do estado do Rio de Janeiro**. Ergodesign & HCI, v. 9, n. 1, p. 46-66, jan-jun 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22570/ergodesignhci.v9i1.1477>. Acesso em: 6 nov. 2025.

VASCONCELOS, Eduardo Silva; SANTOS, Fernando Augusto. **Inteligência artificial na gestão pública brasileira: desafios e oportunidades para a eficiência governamental**. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, v. 22, n. 6, p. 01-21, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n6-020>. Acesso em: 6 nov. 2025.

VIANA, Alberto Bruno de Oliveira. **O Novo paradigma da Gestão Pública no Brasil: o processo de implantação da governança pública e o desempenho dos servidores que estão nos cargos de gestão dos campi do Instituto Federal de Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Assessoria de Administração) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/18973>. Acesso em: 6 nov. 2025.

VIRGINIO, Darlyne Fontes. **Gestão pública do turismo: uma análise dos impactos da política macro de regionalização turística no período 2004-2011 no estado do Rio Grande do Norte, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/5f132ee0-71f2-47ff-9fcd-abe652195354/content>. Acesso em: 6 nov. 2025.